

ANTÓNIO MARIA PEREIRA AO «TEMPO»

«Lutar pela língua portuguesa sem complexos terceiro-mundistas»



FERNANDA GRANADEIRO

O Dr. António Maria Pereira, que é o delegado de Portugal nas reuniões internacionais da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, e da UNESCO sobre direitos de autor, nas quais se tem notabilizado por uma intransigente defesa da língua portuguesa, foi nomeado, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, chefe da Delegação Portuguesa à primeira reunião da UNESCO em Portugal, que se realizou na Fundação Guibenkian de 4 a 13 de Abril passado, tendo como tema a protecção dos bens culturais mobiliários. Como chefe da Delegação Portuguesa, o Dr. António Maria Pereira foi eleito Presidente da reunião, cujos trabalhos dirigiu e na qual, em consequência da sua intervenção, o português foi pela primeira vez utilizado como língua de trabalho. A importância do assunto justifica esta entrevista.

«TEMPO» — Que benefícios advieram para Portugal da reunião da UNESCO a que presidiu?

ANTÓNIO MARIA PEREIRA — É evidente que Portugal, como todos os restantes países do globo, vai beneficiar das medidas previstas nas «recomendações» que resultaram da reunião e que, após aprovação na próxima Assembleia Geral da UNESCO, serão tomadas por cada país com o objectivo de proteger os seus patrimónios artísticos e culturais.

É, porém, no aspecto político que a reunião teve, para Portugal, um interesse que eu não hesitarei em qualificar de histórico, e isto por duas razões:

Antes de mais, porque foi a primeira vez que a UNESCO realizou uma reunião — e uma reunião a nível intergovernamental — no nosso país. Se nós recordarmos do ostracismo a que a organização nos votou antes do 25 de Abril, e do esforço por nós feito, depois da Revolução, para nela desempenharmos um papel activo —

diplomática, à frente da qual está a Embaixadora Maria de Lourdes Pintassilgo — concordará certamente em que a aceitação da UNESCO para se deslocar ao nosso país tem o valor de uma consagração, pela mais importante e prestigiosa organização cultural internacional, da abertura de Portugal ao Mundo, no domínio cultural.

Em segundo lugar, ocorreu nesta reunião um acontecimento muito importante: pela primeira vez o português foi utilizado numa reunião da UNESCO. As línguas de trabalho da UNESCO são o inglês, o francês, o árabe, o espanhol e o russo. Pois bem, desta vez, aconteceu que o português também foi utilizado como língua de trabalho, na medida em que não só os discursos inaugurais do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Sá Machado, e do Secretário de Estado da Cultura, Dr. António Reis, foram proferidos em português — e traduzidos em simultâneo nas outras línguas — mas, sobretudo, todos os documentos de trabalho produzidos durante a reunião — perto de meia centena — e as recomendações fi-

nais, foram emitidos naquelas cinco línguas, mas também em português.

«T» — Mas qual o alcance desse facto?

A.M.P. — O alcance é imenso e é exemplar: permitirá a todos os países africanos de expressão portuguesa, e também ao Brasil, a leitura desses documentos na língua que lhes é comum — em português — e não em espanhol ou qualquer outra. Se nós recordarmos da ofensiva em curso em alguns desses países — sobretudo em Angola, através de professores cubanos — para substituir a língua portuguesa, compreenderá que é para nós vital, aproveitar todas as oportunidades para impor o português, principalmente nas organizações que, como a UNESCO, estão empenhadas em programas destinados aos países em desenvolvimento.

Por outras palavras, se quisermos tentar salvar o português da morte lenta que o ameaça em África, teremos que tomar urgentemente as iniciativas adequadas nesse sentido, entre as quais agir de modo a que todos os documentos emitidos pela UNESCO e pelas outras grandes organizações internacionais, no quadro da formidável campanha em curso tendente à promoção cultural e tecnológica dos países do terceiro mundo, cheguem aos novos estados africanos de expressão portuguesa em português, e não noutras línguas, designadamente o espanhol. Ora isto só se conseguirá quando o português for adoptado como língua de trabalho oficial daquelas organizações.



«T» — Portanto esta reunião da UNESCO foi aproveitada para o desencadear de uma ofensiva pela promoção internacional da língua portuguesa, não é verdade?

A.M.P. — É exacto. Logo no seu discurso inaugural, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Sá Machado, deu o tom dessa ofensiva, ao recordar que o português é hoje falado por mais de 150 milhões de pessoas o que legitima, nas suas palavras, «que a UNESCO lhe atribua a importância que lhe corresponde, incrementando a sua utilização no futuro». Por meu lado, no discurso com que iniciei os trabalhos, salientei que a ocorrência de um acontecimento político recente de grande importância — a acessão à independência de cinco novos estados africanos de ex-

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

M. N. E.

Publicação
De
Data
27.4.78 pag 6

M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação

tempo

De

pag 6

Data

27.10.78



pressão portuguesa, que já são membros da UNESCO – tinha que ser tomado em consideração pela Organização, pelo que respeita às suas línguas de trabalho, e deveria conduzir à promoção do português. Simultaneamente requeri que todos os documentos a emitir durante a reunião, bem como a recomendação final, fossem traduzidos em português – o que veio a acontecer.

No desenvolvimento do que foi, sem dúvida, a primeira ofensiva diplomática coerente para a promoção do português como grande língua universal, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, segundo comunicado publicado no «Diário Popular» de 6 de Abril, deu instruções à nossa missão diplomática junto da UNESCO, em Paris, para requerer a admissão do português como língua oficial da Organização.

«T» - Esse requerimento chegou a ser apresentado?

A. M. P. – Não foi, o que é deveras surpreendente e significa que essa ofensiva pela promoção do português, lançada em tão bom ritmo, foi aparentemente travada.

«T» – Concretamente, pode dizer-nos o que se passou?

A. M. P. – Ao receber instruções para requerer a admissão do português como língua oficial da UNESCO, era de esperar que a nossa missão diplomática tivesse levantado o assunto na reunião do Comité especial do Conselho Executivo da UNESCO – de que Portugal faz parte – que estava marcada para a terceira semana de Abril, e que era preparatória das próximas reuniões do Con-

selho Executivo e da Assembleia Geral da UNESCO, a realizar, respectivamente em fins de Abril e em Outubro. Assim se teria desenhado o processo para que a agenda dessa Assembleia Geral pudesse incluir a admissão do português – como segundo se prevê, incluirá a admissão do chinês.

Ora bem, por misteriosas razões, que fazem recordar as diplomacias paralelas que tanto deram que falar há uns meses, o certo é que, contrariamente àquelas instruções do M. N. E., a questão do português não foi levantada pela nossa missão diplomática na reunião do Comité especial, o Conselho Executivo da UNESCO que já terminou, e por isso, tudo indica que a admissão do português não será levada à próxima Assembleia Geral da Organização.

O resultado será grave: todo o esforço desenvolvido na reunião de Lisboa da UNESCO, pela promoção do português, terá sido em vão, ou quase; as dezenas ou, centenas de documentos que anualmente a Organização pública, em intenção dos países em desenvolvimento – nos quais se incluem os países africanos de expressão portuguesa – chegar-lhes-ão, não em português, mas noutras línguas, designadamente em espanhol – o que muito facilitará a missão dos professores cubanos em Angola; e mais outra língua – o chinês – ultrapassará o português na UNESCO.

(Continua na pág. 19)

